



1. Este Termo fica vinculado ao Processo Administrativo nº [...] e ao Parecer Referencial PGE nº 14/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO

2.1. A presente suspensão é levada a efeito por ato unilateral da CONTRATANTE, em virtude da situação descrita na Resolução CGFR nº 04/2024, que trata do Programa de Revisão de Gastos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme permissão contida no **art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93 OU art. 137, § 2º, II, da Lei n. 14.133/2021** e a Resolução CGFR nº 04/2024.

Nota explicativa: Indicar a Lei 8.666/93 ou 14.133/2021 como fundamento no trecho acima, conforme a respectiva lei que rege o contrato o ser suspenso.

2.2. O contrato permanecerá suspenso pelo prazo de (...) dias, ficando a vigência prorrogada por igual prazo.

2.3. As disposições pactuadas no presente Termo vigorarão a partir da data de sua assinatura.

Nota explicativa: O prazo máximo da suspensão é de 90 (noventa) dias, conforme art. 2º, § 1º, da Resolução CGFR n. 04/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os serviços prestados até a data de assinatura do presente Termo, atestados por documento hábil, são reconhecidos pelo Contratante e serão pagos, sob a condição de comprovação perante a autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Fica o CONTRATANTE obrigado a publicar o presente termo aditivo, de forma resumida ou integral, nos termos do **artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/199 OU art. 94 da Lei n. 14.133/2021**.

Nota explicativa: Indicar a Lei 8.666/93 ou 14.133/2021 como fundamento no trecho acima, conforme a respectiva lei que rege o contrato o ser suspenso.

Teresina (PI), ____ de _____ de 202x.

CONTRATANTE

TERMO DE SUSPENSÃO BILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Notas explicativas: As notas explicativas deverão ser suprimidas na versão final do documento.



Este termo aditivo só deve ser usado para os fins da Resolução CGFR nº 04/2024. Alterações contratuais que não tenham relação com esta Resolução devem se submeter ao procedimento ordinário de aditamento, inclusive no que diz respeito à necessidade de o processo administrativo e a minuta de termo aditivo serem enviados à Procuradoria-Geral do Estado para análise.

Esta minuta-padrão deve ser utilizada para os casos de suspensão contratual com fundamento na Resolução CGFR nº 04/2024, que trata do Programa de Revisão de Gastos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual para os exercícios de 2024 e 2025. A suspensão objeto da presente minuta refere-se à suspensão **bilateral**, ou seja, com a expressa concordância da contratada.

O servidor que elaborar a minuta de termo deverá juntar aos autos declaração firmada nos seguintes termos:

"Declaro que a minuta utilizada para a elaboração deste instrumento contratual encontra-se conforme com a que foi padronizada e divulgada no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, versão Novembro/2024. Declaro, ainda, que não foram alteradas quaisquer das cláusulas da minuta-padrão, tendo havido apenas o preenchimento dos campos em vermelho, o que foi feito na forma das Notas Explicativas contidas no próprio documento".

TERMO DE SUSPENSÃO BILATERAL DO CONTRATO Nº (...),
QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO
CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA
(**órgão ou entidade**), E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A
EMPRESA (...)

O Estado do Piauí, por intermédio da (**órgão ou entidade**), inscrita no CNPJ sob o nº (...), doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (**endereço completo**), neste ato representado por seu (**CARGO DO ORDENADOR DE DESPESA**), Sr(a). (...), portador(a) da Cédula de Identidade nº (...), inscrito (a) no CPF sob o nº (...); e a Empresa (...) com sede e foro na cidade de (...) Estado do (...), estabelecida à (**endereço completo**), inscrita no CNPJ sob o nº (...), aqui representada por (**nome completo, cargo**) inscrito(a) no CPF sob o nº (...), portador(a) da carteira de identidade RG nº (...), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo firmar o presente **TERMO DE SUSPENSÃO CONTRATUAL BILATERAL**, conforme **art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93 OU art. 137, § 2º, II, da Lei n. 14.133/2021** e Resolução CGFR nº 04/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Nota explicativa: Indicar a Lei 8.666/93 ou 14.133/2021 como fundamento no trecho acima, conforme a respectiva lei que rege o contrato o ser suspenso.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

1. Este Termo fica vinculado ao Processo Administrativo nº [...] e ao Parecer Referencial PGE nº 14/2024.





CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO

2.1. Acordam os pactuantes pela suspensão do contrato em epígrafe, nos termos das cláusulas constantes do presente aditivo, em conformidade com o **art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93 OU art. 137, § 2º, II, da Lei n. 14.133/2021** e a Resolução CGFR nº 04/2024.

Nota explicativa: Indicar a Lei 8.666/93 ou 14.133/2021 como fundamento no trecho acima, conforme a respectiva lei que rege o contrato o ser suspenso.

2.2. O contrato permanecerá suspenso pelo prazo de (...) dias, ficando a vigência prorrogada por igual prazo.

2.3. As disposições pactuadas no presente Termo vigorarão a partir da data de sua assinatura.

Nota explicativa: O prazo máximo da suspensão é de 90 (noventa) dias, conforme art. 2º, § 1º, da Resolução CGFR n. 04/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os serviços prestados até a data de assinatura do presente Termo, atestados por documento hábil, são reconhecidos pelo Contratante e serão pagos, sob a condição de comprovação perante a autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Fica o CONTRATANTE obrigado a publicar o presente termo aditivo, de forma resumida ou integral, nos termos do **artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/199 OU art. 94 da Lei n. 14.133/2021**.

Nota explicativa: Indicar a Lei 8.666/93 ou 14.133/2021 como fundamento no trecho acima, conforme a respectiva lei que rege o contrato o ser suspenso.

Teresina (PI), ____ de _____ de 202x.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

